1CAB SHS 129639-G, António Manuel Chapouto Barreira, BA 6.
 1CAB SHS 129667-B, Filipe António da Cunha Soares, COAA.
 1CAB SHS 129721-L, Carlos Filipe da Silva Marques, GAEMFA.
 1CAB SHS 129726-A, Paulo Jorge Correia Cavaco, GAEMFA.

CAUT:

1CAB CAUT 129695-H, Luís Pedro Sousa Esteves, CRMOb.
 1CAB CAUT 129662-A, Isabel Vicente e Silva, IAEFA.
 1CAB CAUT 129756-C, Sónia Elisabete Teixeira, Brea COFA.
 1CAB CAUT 129745-H, Carlos Miguel Teixeira Leite, COAA.
 1CAB CAUT 129661-C, Luís Filipe Direito dos Santos, CRMOb.
 1CAB CAUT 129677-K, Lídia Maria Alves da Rocha Caria, COAA.

PA:

1CAB PA 129619-B, Filipe Dias Farinha, AT 1.
 1CAB PA 129693-A, Paulo Sérgio Gonçalves Borges da Rocha, GAEMFA.
 1CAB PA 129647-H, Sara Alexandra Martins Carvalho, BA 1.
 1CAB PA 129635-D, Ricardo Jorge de Sousa Pinto, AT 1.
 1CAB PA 129588-J, Carlos Miguel Senra Pita, CRMOb.
 1CAB PA 129620-F, Nuno Ricardo Fernandes dos Santos, BA 5.
 1CAB PA 129698-B, Luís Miguel Alves de Oliveira, COFA.
 1CAB PA 129609-E, Carlos Sequeira Oliveira, BA 5.
 1CAB PA 129723-G, Flávio Aquilino Costa Almeida, CRMOb.
 1CAB PA 129758-K, Luís Paulo Bettencourt Soares, CFMTFA.
 1CAB PA 129611-G, Mário Jorge Domingues Rosado, CRMOb.
 1CAB PA 129595-A, Luís Filipe Ramos de Jesus, BA 1.
 1CAB PA 129606-L, Ricardo Jorge Santos Estácio Marques, DGMFA.
 1CAB PA 129565-K, Eduardo Bruno Oliveira Lopes de Sampaio e Melo, COFA.
 1CAB PA 129719-J, Filipe Daniel Ferrão Neves, COAA.
 1CAB PA 129631-A, Luís Baptista Rodrigues Vila, COFA.
 1CAB PA 129634-F, Luís Miguel Eugénio Correia, COFA.
 1CAB PA 129573-L, Ricardo André da Silva Lopes, BA 4.
 1CAB PA 129570-F, Rita Belo Tanoeiro Fernandes Pereira, CFMTFA.
 1CAB PA 129603-F, Hugo Alexandre Gomes Simões, DGMFA.
 1CAB PA 129610-J, Simão Pedro Lopes Rodrigues, BA 5.
 1CAB PA 129608-G, Ricardo Filipe Loureiro da Silva, CTA.
 1CAB PA 129586-B, Alexandre José Gonçalves Sousa, BA 5.
 1CAB PA 129598-F, Hélder Filipe de Sousa Moreira, DGMFA.
 1CAB PA 129754-G, Mónica da Trindade Braga Almeida, BA 6.
 1CAB PA 129636-B, Carlos Alberto da Silva Palma, BA 11.
 1CAB PA 129593-E, Gilberto Vaz da Silva, CRMOb.
 1CAB PA 129590-L, Manuel dos Reis Pereira Coelho, BA 6.
 1CAB PA 129628-A, Pedro Jorge Leitão Caetano, CRMOb.
 1CAB PA 129654-L, Marco Paulo Varela Santos, AM 1.
 1CAB PA 129531-E, Hélder Rodrigo Carvalho Mira, COFA.
 1CAB PA 129666-D, João Daniel Lérias Duarte dos Santos Fortunato, BA 6.
 1CAB PA 129734-B, Ricardo Prudêncio Cândido, BA 6.
 1CAB PA 129589-G, Carlos Manuel Fernandes Martins, BA 4.
 1CAB PA 129713-K, Marcos Miguel Rodrigues Silva, BA 5.
 1CAB PA 129568-D, Marco Paulo da Costa Alves, BA 1.
 1CAB PA 129722-J, Márcio Alberto Silva Figueiredo, CTA.

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 8 de Setembro de 2004.

PA:

1CAB PA, 129710-E Carlos Jorge Porto de Carvalho COFA.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 9 de Setembro de 2004.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

28 de Dezembro de 2004. — Por subdelegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea e após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL, DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Despacho conjunto n.º 145/2005. — Através do despacho conjunto n.º 60/2004, de 5 de Fevereiro, foi constituído um grupo de trabalho cuja missão consistiu na proposta de alterações que se afi-

gurassem necessárias ao bom e eficaz funcionamento da rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de *stress* durante a vida militar, bem como analisar a possibilidade de as associações com as quais o Ministério da Defesa Nacional celebre protocolos nesta área poderem alargar a sua participação na rede, dando maior expressão ao apoio nela previsto.

Na sequência das sugestões contidas no relatório elaborado pelo referido grupo de trabalho, foi publicado o despacho conjunto n.º 502/2004, de 5 de Agosto, através do qual se procedeu, por um lado, à integração das organizações não governamentais (ONG) como entidades com competência para o preenchimento dos modelos 1 e 2, bem como, por outro, à alteração dos referidos modelos.

Importa, agora, em conformidade com as propostas contidas naquele relatório, proceder à constituição de um grupo de trabalho, com composição idêntica ao anterior, com o objectivo de elaborar o regulamento para a celebração de protocolos entre os ministérios intervenientes e as ONG, no âmbito das novas competências destas, bem como propor as alterações de competências da Comissão Nacional de Acompanhamento que lhe permitam assegurar funções de acompanhamento, controlo, fiscalização dos protocolos e auditoria ao funcionamento.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — É criado um grupo de trabalho com o objectivo de elaborar o regulamento para a celebração de protocolos entre os ministérios intervenientes e as ONG, no âmbito das novas competências destas, bem como propor as alterações de competências da Comissão Nacional de Acompanhamento que lhe permitam assegurar funções de acompanhamento, controlo, fiscalização dos protocolos e auditoria ao funcionamento.

2 — O referido grupo de trabalho integrará dois representantes de cada um dos seguintes Ministérios:

- a) Ministério da Defesa Nacional;
- b) Ministério da Saúde;
- c) Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.

3 — No desenvolvimento dos respectivos trabalhos, o grupo de trabalho deverá reunir com a Comissão Nacional de Acompanhamento e com as organizações não governamentais.

2 de Fevereiro de 2005. — Pelo Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto*, Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe da Conceição Pereira*. — O Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, *Fernando Mimoso Negrão*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 223/2005 (2.ª série). — A portaria n.º 891/2004 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 16 de Agosto de 2004, que autorizou a cessão a título definitivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, ao Centro Social da Cova e Gala da parcela de terreno com a área de 15 000 m² integrada na Mata do Cabedelo, freguesia de Lavos, concelho da Figueira da Foz, com o fim de a destinar à instalação de estufas para o cultivo de produtos hortícolas, contém um lapso no seu n.º 1.º em virtude de não se fazer referência à inscrição matricial e ao registo na Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz da Mata do Cabedelo, imóvel do qual vai ser desanexada a parcela em causa, não tendo, por essa razão, sido celebrado o auto de cessão a que se refere o n.º 5.º da referida portaria, pelo que se torna necessário proceder à sua rectificação, bem como alterar o prazo para a referida assinatura.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, o seguinte:

1.º O n.º 1.º da portaria n.º 891/2004 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 16 de Agosto de 2004, passa a ter a seguinte redacção:

«1.º Autorizar, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, a cessão, a título definitivo, ao Centro Social da Cova e Gala do prédio rústico, com a área de 15 000 m², a desanexar da Mata do Cabedelo, freguesia de Lavos, concelho da Figueira da Foz, que se encontra inscrita na respectiva matriz sob o artigo 5562, descrita na Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz sob o n.º 00330/290486 e registada, a favor do Estado, pela inscrição G-1.»

2.º O prazo de 90 dias estabelecido no n.º 5.º da portaria referida no número anterior conta-se a partir da data da publicação da presente portaria.

3 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, *Luís Miguel Gubert Morais Leitão*.

Gabinete da Secretária de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 3705/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1.2 e 2 do despacho n.º 26 138/2004 (2.ª série), de 30 de Novembro, do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 294, de 17 de Dezembro de 2004, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego na directora-geral da Administração Pública, licenciada Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás, com a possibilidade de subdelegação, a competência para a prática dos seguintes actos:

- Autorizar a concessão de licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e de licença sem vencimento de longa duração, bem como autorizar o regresso dos funcionários à actividade, nos termos estabelecidos na lei;
- Autorizar o regresso da situação de licença ilimitada;
- Autorizar a celebração de contratos de cooperação, bem como as suas renovações, previstas no Decreto-Lei n.º 363/85, de 10 de Setembro;
- Conceder a equiparação a bolsheiro no País e no estrangeiro a funcionários e agentes em actividade na Direcção-Geral da Administração Pública;
- Decidir as reclamações relativas ao ingresso no extinto quadro geral de adidos e aos processos correspondentes a recuperação de pensões degradadas;
- Decidir as reclamações apresentadas por funcionários ou agentes integrados no extinto quadro de efectivos interdepartamentais;
- Aprovar o modelo da ficha curricular prevista no artigo 3.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos praticados desde aquela data no âmbito dos poderes acima subdelegados.

31 de Janeiro de 2005. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 3706/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1.1 e 2 do despacho n.º 26 138/2004, de 30 de Novembro, do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 294, de 17 de Dezembro de 2004, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no inspector-geral da Administração Pública, licenciado Rui Manuel Soares de Campos Pessoa de Amorim, e, nas suas ausências e impedimentos, na subinspectora-geral licenciada Maria Margarida Machado de Miranda Botelho a competência para a prática dos seguintes actos:

- Autorizar o pessoal ao serviço da Inspeção-Geral da Administração Pública a exercer a actividade docente, em acumulação, em universidades e outras instituições de ensino superior, sem prejuízo dos horários legalmente estabelecidos;
- Autorizar a concessão de licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e de licença sem vencimento de longa duração, bem como autorizar o regresso dos funcionários à actividade, nos termos estabelecidos na lei;
- Autorizar a inscrição e participação do pessoal da Inspeção-Geral da Administração Pública em congressos, seminários, colóquios, reuniões, estágios, acções de formação ou outras missões específicas que decorram no estrangeiro, bem como o pagamento das despesas de inscrição e, bem assim, o processamento das correspondentes despesas de transporte e ajudas de custo, tendo em consideração as medidas de contenção da despesa pública;
- Conceder a equiparação a bolsheiro no País e no estrangeiro a funcionários e agentes em actividade na Inspeção-Geral da Administração Pública;
- Autorizar o reembolso de descontos indevidamente efectuados no abono de vencimentos e pensões;
- Autorizar o processamento de despesas resultantes de danos produzidos em viaturas da Inspeção-Geral da Administração Pública, até ao limite de € 2493.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004, ficando ratificados todos os actos praticados desde aquela data, no âmbito dos poderes acima subdelegados.

31 de Janeiro de 2005. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho n.º 3707/2005 (2.ª série). — Dou por finda, a seu pedido, com efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2005, a nomeação do licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores Paulo António Magro da Luz, que tinha sido nomeado para exercer as funções de assessor equiparado a adjunto do meu Gabinete pelo despacho n.º 27 124/2004 (2.ª série), de 29 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 303, de 29 de Dezembro de 2004.

31 de Janeiro de 2005. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Secretaria-Geral

Listagem n.º 32/2005. — Em cumprimento do determinado na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a listagem das transferências efectuadas pelos organismos dependentes do Ministério das Finanças, no 2.º semestre de 2004. Conforme determina o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 25/80, de 10 de Julho, que regulamenta o Fundo de Auxílio, os processo referentes ao citado Fundo são confidenciais, pelo que não se indicam os nomes dos beneficiários, mas somente as importâncias concedidas, conforme despacho do Secretário de Estado do Orçamento de 12 de Fevereiro de 1986:

Serviços Sociais do Ministério das Finanças e da Administração Pública

Entidade decisora	Montante transferido (em euros)	Data da decisão
Serviços Sociais do Ministério das Finanças	500	28-7-2004
	600	28-7-2004
	300	28-7-2004
	500	08-10-2004
	125	08-10-2004
	500	08-10-2004
	500	08-10-2004
	500	18-11-2004
	500	18-11-2004
	1 000	24-11-2004
	250	22-12-2004
<i>Total</i>	5 275	

26 de Janeiro de 2005. — O Secretário-Geral, *João Inácio Ferreira Simões de Almeida*.

Direcção-Geral dos Impostos

Despacho n.º 3708/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias* de 24 de Maio de 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de director de finanças-adjunto de Lisboa ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as 58 candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato Raul Afonso Rodrigues cumpre os requisitos obrigatórios e possui experiência e formação relacionadas em as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de Administração Fiscal nomeio, em comissão de serviço, o técnico economista assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, licenciado Raul Afonso Rodrigues, para o cargo de director de finanças-adjunto de Lisboa.